

TCU trava concessões e libera menos de 10% dos investimentos previstos

Governo só pode leiloar 10 dos 40 empreendimentos que foram submetidos ao tribunal



Julio Wiziack

BRASÍLIA A equipe econômica conta com R\$ 22 bilhões em receitas de concessões no Orçamento deste ano, mas a maior parte dos projetos está travada pelo [TCU](#) (Tribunal de Contas da União). Hoje, o governo só pode leiloar 10 dos 40 empreendimentos submetidos ao tribunal, garantindo menos de 10% dos investimentos planejados.

O presidente Michel Temer (MDB) pretendia fazer com que essas concessões atraíssem investimentos, que despencaram mesmo com o esforço em implementar reformas para acelerar a retomada econômica.

No ano passado, o país registrou [investimentos](#) equivalentes a 15,6% do PIB, a menor taxa desde 1996. O governo esperava que, com o programa de concessões, pudesse reverter a situação.

Os projetos estão maduros, há interessados, o modelo de concessão é consistente, mas há risco de que o cronograma não seja seguido devido aos questionamentos do TCU.

Os dez projetos garantem investimentos estimados em R\$ 8,2 bilhões, cerca de 10% do total de R\$ 82,9 bilhões.

Assessores de Temer acreditam que, se a BR-364/365 e o trecho sul da Ferrovia Norte-Sul passarem no TCU ainda neste trimestre, as demais concessões rodoviárias e ferroviárias podem avançar porque têm modelagem similar.

A maior aposta do governo é a BR-364/365, que, segundo técnicos do governo, seguiu os parâmetros da RIS (Rodovia de Integração Sul). O edital da obra foi aprovado pelo TCU e o leilão está previsto para este ano.

A RIS une quatro rodovias gaúchas que conectam pontos de relevância econômica do estado. Os investimentos previstos são de ao menos R\$ 7,5 bilhões em 30 anos de contrato --a maior parte no início da concessão.



Operários durante obra de rodovia em Porto Alegre (RS); novo plano de investimento interrompe marasmo no setor privado /Wesley Santos/Folhapress

[LEIA MAIS](#)

Reservadamente, porém, os ministros do TCU dizem que cada projeto do governo será analisado isoladamente e que o tribunal não trabalha para o PPI (Programa de Parceria em Investimentos), que coordena as concessões de Temer.

Também rebatem que o TCU tenta prejudicar o governo Temer impondo restrições ao analisar projetos.

Para eles, cada concessão tem seus próprios detalhes e o diabo mora nos detalhes, nas palavras de um dos ministros.

O plano de renovação de concessões de ferrovias e terminais portuários --que destravaria investimentos estimados em R\$ 55 bilhões-- é o de maior resistência no TCU.

Técnicos envolvidos nas análises dizem que as novas regras de renovação ampliariam vantagens aos concessionários atuais, o que representa prejuízo à União e estímulo para outros concessionários não realizarem investimentos à espera de renovação antecipada da concessão.

Dos dez projetos, sete são arrendamentos de terminais portuários com investimentos somados de R\$ 728 milhões.

A venda de 20 lotes de linhas de transmissão de energia, que movimentarão R\$ 6 bilhões em investimentos, também aguarda aval do tribunal.

Apesar de liberada pelo TCU, a venda das seis distribuidoras da Eletrobras sofre resistência no Congresso.

Elas devem ser vendidas por valor simbólico porque, segundo o BNDES --que fez a modelagem da venda--, acumulam dívidas de R\$ 20,8 bilhões, o dobro do que valem seus ativos. Para tocar o negócio, o novo dono terá de investir R\$ 2,4 bilhões imediatamente e investir outros R\$ 7,8 bilhões.

Questionamentos podem atrasar calendário de concessões

Setores	Projetos principais	Situação no TCU
Aeroportos	13 aeroportos nas regiões Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste	a ser enviado pelo governo
Portos	Terminais portuários no Pará, Espírito Santo, Pernambuco, Maranhão e São Paulo	seis de 25 projetos aprovados
Rodovias	Rodovia de Integração do Sul e BR 364-365 GO/TO e BR 101/SC	um de oito projetos aprovado
Ferrovias	Ferrovias Norte-Sul, Fiol, renovação antecipada das malhas da Rumo, EFC (Estrada de Ferro Carajás) e EFVM (Estrada de Ferro Vitória a Minas Gerais)	um de oito projetos aprovado
Mineração	Direitos exploratórios de fosfato, cobre, chumbo e zinco, carvão	a ser enviado pelo governo
Energia	Seis distribuidoras da Eletrobrás; 20 lotes de Linhas de Transmissão; Eletrobrás	dois de três projetos aprovados
Outros	Lotex	aprovado

Sem essa venda, não será possível se desfazer do controle da própria Eletrobras. Segundo o PPI, o governo ainda não concluiu os estudos dessa operação, que prevê a venda de ações da estatal pertencentes à União em Bolsa --negócio que pode gerar R\$ 12,2 bilhões líquidos ao governo.

A equipe econômica contava com esse dinheiro, mas as chances de que saia neste ano são tão baixas que o Ministério do Planejamento retirou a capitalização da Eletrobras do relatório de receitas e despesas da União.

O único projeto desimpedido é a Lotex, a loteria conhecida como raspadinha da Caixa. O aval do TCU saiu em março, o leilão estava previsto para junho, mas o governo não definiu data. A Lotex render R\$ 541 milhões em outorgas.

Inicialmente, o governo pensou em privatizar a raspadinha, modelo que poderia gerar até R\$ 1,8 bilhão em arrecadação. Mas teve de mudar de ideia e agora tenta repassar a concessão, que hoje pertence à Caixa para outro interessado.